

# VONTADE POLÍTICA E VIABILIDADE DO NORDESTE<sup>1</sup>

LEONARDO VALADARES DE SÁ BARRETTO SAMPAIO<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Academia Brasileira de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

<sup>2</sup>Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

Autor para correspondência: leonardovsampaio@yahoo.com.br.

---

Apesar da sua riqueza, de todo o seu potencial energético limpo, da imensa disponibilidade de aquíferos como o Gurguéia, Cariri e o Jatobá, e possibilidades para agricultura irrigada, como no extenso Vale do São Francisco (cem vezes maior do que o Vale do San Joaquin, na Califórnia); apesar dos seus minerais estratégicos, da criatividade e porte da sua população, o Nordeste Brasileiro é sempre divulgado como uma região pobre, de povo forte, mas miserável. Como um peso para o país, ao invés de ativo de grande porte humano e econômico, por ser divulgado interesseiramente, para exploração por parte das oligarquias políticas arraigadas na região, como fonte de votos para sua manutenção no poder por força das secas.

O Nordeste não é responsável pela inflação nem pela dívida externa brasileira, mas é sempre tido como mendicante, pelas lideranças políticas governamentais.

Como explicar essa discrepância?

Como explicar o porquê de tantos planos e projetos haver sido elaborados para a região e tão pouco haver sido executado?

Para uma efetiva promoção do desenvolvimento do Nordeste, em primeiro lugar, é necessário que as soluções já apontadas sejam divulgadas e discutidas.

É preciso que os planos e projetos já elaborados para a região, por instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e, principalmente, em cooperação com as universidades regionais,

---

<sup>1</sup>Matéria extraída de entrevista do autor, quando Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, à Rádio Universitária, em agosto de 1983.

sejam de fato implementados.

Desde a época de Agamenon Magalhães, falecido como governador, em 1952, o problema da perenização dos rios de Pernambuco já estava equacionado.

Entretanto, a morosidade na execução dos múltiplos - e sempre recorrentes - planos, programas e projetos, não implementados por descontinuidades administrativas, são flagrantes como incapacidade dos dirigentes e falta de vontade política para o uso das riquezas e potencialidades da região, mormente em prol de usufruto mais democrático.

A única grande obra hidráulica concluída em Pernambuco, o açude Poço da Cruz, demorou 17 anos para ser construído.

Igualmente digno de registro é o fato do Instituto José Augusto Trindade, na Paraíba, de reconhecida importância nacional e mesmo internacional, como base de pesquisa agropecuária tropical, ter tido todo o seu acervo desbaratado pela incúria dirigente. Não olvidando também a exemplar malversação política das “competências dirigentes” demonstrada pela destruição, em um fim de semana, do rico e valiosíssimo germoplasma de coqueiros da Estação Experimental do Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA). Todo um importante acervo de anos de pesquisas e metucioso trabalho dos pesquisadores, destruído em um fim de semana para que o governador do estado de Pernambuco pudesse ter uma casa de praia em Porto de Galinhas<sup>2</sup>!

Da mesma forma foi extinto o Instituto para o Fomento do Algodão e Oleaginosas no Nordeste (INFAOL) e malbaratadas suas tentativas de garantir e melhorar a matéria-prima regional para as nossas indústrias têxteis. Coincidentemente, em seguida, as indústrias têxteis fecharam por falta de matéria-prima.

A primeira conclusão óbvia é que só se consegue progresso com a união de todos em prol da valorização profissional - para que decisões sejam tomadas com base técnico-científica e sua implementação levada a termo por dirigentes competentes, capacitados para o uso e comprometidos com administrações profissionais e participativamente democráticas.

---

<sup>2</sup>Vide a recente publicação de Reis, Antonio Carlos de Souza. IPA: uma historia de 75 anos de Ciência Agronômica em Pernambuco. Recife: [IPA], 2013. O que esperamos não aconteça, no presente, com o acervo da Estação Experimental de Fruticultura de Itapirema, e os “incentivos” governamentais para a instalação da FIAT automóveis na Mata Norte de Pernambuco.

Uma técnica muito usada contra a efetiva implementação dos planos e projetos elaborados para o Nordeste tem sido a de sua paralisação pelo jogo de setores uns contra os outros, na própria região.

O enfrentamento dos problemas do Nordeste é muito mais uma questão de mentalidade, de educação, de formação prática para o trabalho e menos bacharelesca, como ocorre com a diplomação de “alfabetizados improdutivos” resultante da proliferação de cursos desvinculados da realidade regional e das reais necessidades do seu desenvolvimento.

Para a superação da problemática nordestina, requerendo-se, acima de tudo, a valorização do conhecimento regional acumulado por gerações, o reconhecimento da riqueza tropical dos seus biomas. Conhecimento pela via do diagnóstico participante e participativo, para inclusão dos saberes e competências locais. Conhecimento este pesquisado no Nordeste Brasileiro e usado como subsidio metodológico na criação, por exemplo, do *Civilian Conservation Corps*, uma das bases que ajudaram no processo de superação da Grande Depressão Econômica e Social dos Estados Unidos da América, nos anos de 1929/1930.

O problema do Nordeste reside, principalmente, na falta de divulgação e no uso racional da sua diversidade e riqueza - para a tomada de decisões com valorização desse conhecimento regional acumulado e exportação de tecnologias tropicais, em vez de importação de tecnologias que não se adequam aos trópicos, mas fazem a riqueza de outros e outrem.

Poder-se-ia perguntar então: como as pesquisas da universidade podem promover o desenvolvimento da região?

Fácil de responder: a função da universidade é formar uma elite crítica e dirigente dos destinos da região. Suas pesquisas devem contribuir para o conhecimento das potencialidades da área e para a possibilidade de mobilização dos recursos locais – principalmente humanos e materiais disponíveis, na promoção de um efetivo desenvolvimento local sustentável. Sem pesquisa não há integração da universidade ao meio; sem pesquisa e sem valorização dos conhecimentos e riquezas locais, o ensino será sempre alienígena e alienante.

As pesquisas da universidade, apesar de pouco divulgadas, têm servido de suporte para discussões e para o encaminhamento de soluções para os problemas da região. Os exemplos são vários, desde o diagnóstico científico

das possibilidades de aproveitamento da insolação tropical, dos ventos e do clima semiárido, com a produção de variados produtos, culturas resistentes às secas, algumas com mais de uma safra por estação. Da mesma forma, diagnosticando, apoiando pesquisas que possam conduzir à geração de tecnologias, know-how para os trópicos e para as nossas condições, até o estudo, por exemplo, de desequilíbrios regionais na socioeconomia brasileira e a indicação de alternativas políticas e administrativas de como saná-los.

Aqui, merecem destaque, por sua importância no desenvolvimento interdisciplinar e homocêntrico regional, as pesquisas, trabalhos, encontros, seminários e publicações na área de avaliação e do uso de ferramentas administrativas. Ferramentas administrativas desenvolvidas para a implementação do planejado, pelos programas regionais de pós-graduação em administração, economia, ciências sociais e políticas.

Sendo visto que ferramentas administrativas são os meios de que pode dispor um administrador para um planejamento e administração participativos – maior garantia de uma boa execução. E observando-se que, hoje em dia, só nas “frentes de trabalho” da seca, ou melhor dito, nas “frentes de sofrimento e morte” “organizadas” para as “lutas contra as secas” e nos gabinetes dos administradores menos apetrechados, se labuta com as mãos, não fazendo uso dos mais comestíveis instrumentos de aumento de produtividade e qualidade no trabalho humano.

E, recordando que, desde a antiguidade, o homem vem desenvolvendo instrumentos para simplificar o seu trabalho e aumentar a sua mais valia. Sendo as ferramentas administrativas talvez o único caso de quanto maior o seu uso maior a geração de renda e empregos, por visar, basicamente, o homem e sua qualificação produtiva.

Como resultado das recomendações dessas pesquisas, podemos citar algumas diretrizes básicas para a viabilização do desenvolvimento regional:

1 - evitar que projetos sejam dados como inviáveis antes de atingirem o prazo de maturação, ou antes mesmo de serem completados; sendo um exemplo a desativação das ferrovias no Nordeste- dadas como “ramais improdutivos”!

2 – também, há necessidade da promoção de integrações, entre as ações de um mesmo órgão, entre órgãos de um mesmo setor, entre órgãos de setores distintos, mas que deveriam interagir;

3 – não esquecendo a necessidade básica e fundamental de integração do planejamento com as comunidades locais – a base do desenvolvimento local sustentável;

E, tendo sempre presente que não é possível uma participação efetiva, eficiente e eficaz, sem descentralização das decisões, dos recursos, dos serviços. Cabendo chamar atenção para que esse requisito de descentralização das ações e distribuição de tarefas não seja confundido com a criação de cada vez mais ministérios ou funções ou cargos ditos de confiança, para atender a afilhadismos político-partidários, com desvalorização dos técnicos e do uso de soluções técnicas.

Sem essa descentralização tudo vai continuar vindo de cima para baixo; o governo vai continuar sendo um ente mitológico ao invés de um agente conhecido, palpável e acessível para solução conjunta e participativa dos problemas.

É preciso que haja equilíbrio e agilização dos poderes, o que está ligado à descentralização das decisões, à integração das ações e à valorização dos técnicos - para uso dos saberes locais, gestados, geridos e testados por gerações, bem como de novos conhecimentos e geração de técnicas cada vez melhores por serem mais competitivas e melhor aproveitadoras dos recursos locais.

Outro ponto importante diz respeito a como tratar os recursos humanos, como apreciar e valorizar o homem e as mulheres nordestinos, sua cultura e o meio tropical.

É necessário que os chamados Ativos Humanos, os homens e as mulheres, os conhecimentos dos mais vividos e as potencialidades dos mais jovens sejam valorizados!

O nordeste do Brasil é um dos maiores mercados potenciais do mundo!

Veja-se a possibilidade de salto do produto interno bruto (PIB), quando esse potencial de consumo for incorporado ao mercado!

Também, são ínfimos os investimentos em treinamento, se confundindo gastos com assistencialismo com investimentos em capacitação, parecendo que o objetivo da política governamental é reter a mão-de-obra em vez de valorizar o seu desempenho.

Diversos órgãos públicos na região não permitem que seus funcionários obtenham diplomas de cursos para os quais foram enviados. E, quando

retornam, são desviados de função para não fazerem sombra a chefias designadas por afilhadismos político-partidários.

O carreirismo politiqueiro e o alfabetizado improdutivo são melhor remunerados do que as profissões técnicas, o que se pode constatar pelos pisos salariais diferenciados das diversas profissões, das exigências para habilitação em concursos públicos, e, essencialmente e de forma esdrúxula, pelo nenhum requisito, nem mesmo de alfabetização, para a ocupação das chamadas funções dirigentes ou cargos “de confiança” e de “assessoramento” (será que não deveria ser de “assoreamento” dos recursos públicos?)

Se 75% da população economicamente ativa da região não tem o primeiro grau completo, por que as “frentes de sofrimento” não são FRENTE DE TREINAMENTO? Treinamento para a efetiva valorização dos nordestinos, reconhecimento da sua cultura tropical, fruto da miscigenação do seu conhecimento no usufruto dos diversificados e ricos biomas, como prega o Prof. Paulo Freire em “Extensão ou Comunicação”, por exemplo.

Frentes de treinamento para documentar a milenar sapiência do homem nordestino de convivência e capacidade e capacitação de tirar proveito das secas e usar dessa nossa riqueza climática e biodiversidade única do bioma caatinga, por exemplo.

É inquestionável que a universidade teria um papel relevante a desempenhar nessas “frentes de treinamento”, as quais seriam mais humanas, produtivas e rentáveis do que meros assistencialismos politiqueiros.

Constata-se, igualmente, a falta generalizada de conhecimento e uso das “ferramentas administrativas”.

Ferramentas administrativas, como já visto e explicitado, essenciais para a simplificação do trabalho e aumento da produtividade humana !

A falta de dirigentes capacitados no uso de ferramentas administrativas acarretando:

- a sobrevivência de estruturas administrativas ultrapassadas pelas necessidades do desenvolvimento e pelas novas responsabilidades do setor público ou de um determinado ramo de negócios;
- o crescimento desordenado e assistemático (porque não planejado) da máquina administrativa;
- a sobrevivência de normas e procedimentos administrativos arcaicos e burocratizantes;

- a absorção e o superdimensionamento dos órgãos centrais de planejamento pela reunião de funções executivas e controladoras, na tentativa de suprir deficiências dos órgãos responsáveis pelas funções-fins em detrimento das que lhes são específicas;

- a desvinculação de pessoal dos programas e projetos desenvolvidos, com o conseqüente superdimensionamento relativo dos quadros e das despesas burocráticas;

- um orçamento tradicional, destinado apenas ao “controle” legal dos gastos, não refletindo as necessidades de execução dos planos;

- além da essencial regionalização dos orçamentos públicos, aprovada como exigência constitucional, porém até agora solenemente ignorada pelo governo federal, em flagrante inconstitucionalidade passível de impeachment;

- regionalização dos orçamentos, para maior transparência na alocação dos recursos, sua execução descentralizada, assim como seu acompanhamento, fiscalização, controle, supervisão e correção de desvios e rumos no alcance de objetivos e metas;

- a escassez ou inexistência de programas de treinamento de pessoal dirigidos para implementação de planos de desenvolvimento e orçamentação participativa.

Enfim, merece que se relembre a conferência do Prof. Costa Porto, proferida em pioneiro Seminário do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (CONDEPE), precursor do planejamento estatal no Brasil, sobre Desenvolvimento e Vontade Política. O problema do Nordeste é uma questão de vontade política, inclusive para o uso de ferramentas administrativas na mobilização dessa vontade.